

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PROGRAMA DOS MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ALUNO:

MIGUEL AUGUSTO GALETI

PROFESSOR ORIENTADOR:

RICARDO ROCHA BRITO BRESLER



Handwritten signature of Ricardo Rocha Brito Bresler, dated 22/08/04.

SÃO PAULO, AGOSTO DE 2004.

## ÍNDICE

### I – INTRODUÇÃO

A) OBJETIVOS PÁGINA 03

B) METODOLOGIA PÁGINA 03

### II – O PROGRAMA DOS MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS

A) O MUNICÍPIO PÁGINA 05

B) O FOMENTO (E COMENTÁRIOS) PÁGINA 06

C) A IMPLANTAÇÃO E A EVOLUÇÃO PÁGINA 10

D) CONCLUSÕES PÁGINA 21

### III – NOTAS PÁGINA 26

### IV – ANEXOS

A) LOCALIZAÇÃO DOS MINIDISTRITOS PÁGINA 30

B) FOTOS PÁGINA 31

### V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) LIVROS, ARTIGOS E DISSERTAÇÕES PÁGINA 33

B) SITES DA INTERNET PÁGINA 34

C) PESSOAS ENTREVISTADAS PÁGINA 34

## I – INTRODUÇÃO

### A) OBJETIVOS

Esta pesquisa teve por objetivo o estudo do Programa dos Minidistritos Industriais e de Serviços, criado e desenvolvido pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (SP), através da investigação da gênese e das causas da mesma, da gestão e das conseqüências do Programa. A análise procurou desvendar a natureza desta política – se de impacto estrutural no combate à pobreza e em prol da geração de renda, ou meramente como política compensatória de transferência de renda. No decorrer da pesquisa, alguns questionamentos serviram de apoio:

1. Quais são os resultados efetivos dos Programa dos Minidistritos Industriais e de Serviços da Prefeitura de São José do Rio Preto (SP) e em que sentido é promovida a cidadania? Quais os indicadores que estão sendo utilizados?
2. Como se estabeleceram e como são gerenciados os vínculos interorganizacionais da prefeitura de São José do Rio Preto (SP)?
3. Qual o papel da prefeitura no programa (e como isso pode ser relacionado aos resultados alcançados)?

O panorama encontrado no estudo contribui para uma maior compreensão dos meios de combate à pobreza e exclusão social. A vontade de contribuir para que se formulem, cada vez mais, políticas públicas de desenvolvimento local efetivas, replicáveis e de qualidade também motivou o estudo deste programa.

### B) METODOLOGIA

Procurando seguir ao máximo a metodologia proposta para esta pesquisa, assim foram divididos os meses de trabalho:

1. Busca de informações a respeito do Programa dos Minidistritos Industriais e de Serviços da Prefeitura de São José do Rio Preto (SP). Os dados foram obtidos em entrevistas, em jornais, revistas, livros, dissertações e sites da internet.

2. Visitas às instituições envolvidas, levantamento de material bibliográfico e entrevista com pessoas diretamente envolvidas em São José do Rio Preto (SP). As visitas não ocorreram nas datas previstas, porém foram realizadas seguindo a metodologia proposta.
3. Visitas às instituições que apóiam o Programa dos Minidistritos Industriais e de Serviços da Prefeitura de São José do Rio Preto (SP), levantamento de material bibliográfico e entrevistas com pessoas diretamente envolvidas. Assim como nas visitas do item 2, ressalta-se que estas também não foram feitas nas datas previstas, tal como aquelas.
4. Interpretação e análise de todos os dados levantados.
5. Levantamento de todos os indicadores disponíveis relativos ao programa e, de modo mais amplo, às condições de vida no município.
6. Entrevista com as pessoas (escolhidas aleatoriamente) que não se envolveram com Programa dos Minidistritos Industriais e de Serviços da Prefeitura de São José do Rio Preto (SP). Retorno às instituições visitadas nas etapas 2 e 3, a fim de se sanar as dúvidas que surgiram ao longo das outras etapas, com melhores condições de se aprofundar o conhecimento do trabalho realizado.
7. Interpretação e análise geral de todos os dados levantados. Como nos demais itens, a interpretação de dados e análise dos mesmos contou com o acompanhamento do professor orientador.

	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
1	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X
2				X	X								X
3						X							X
4					X	X	X						X
5	X	X	X	X		X	X	X		X		X	
6						X	X	X					
7											X	X	
8											X	X	X

## II – O PROGRAMA DOS MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS

### A) O MUNICÍPIO<sup>1</sup>

A história do município de São José do Rio Preto se inicia em meados do século XIX, em 1852, época em que era forte o movimento de desbravamento e ocupação do solo do interior paulista. Naquele ano o fundador, João Bernardino de Seixas Ribeiro, construiu a primeira casa de sapé num território que Luiz Antônio da Silveira havia doado a seu protetor, São José. Logo depois, Bernardino e alguns moradores locais construíram uma capela.

Em 1867, em sua viagem de retorno da guerra do Paraguai, Visconde de Taunay relatou em seu diário a situação precária da região. No dia 21 de março de 1979, a capela de São José do Rio Preto, ainda pertencendo a Jaboticabal, fora elevada a Freguesia. Aos 19 de julho de 1894, São José do Rio Preto ganha independência e torna-se município, seguindo a Lei nº 294. Nessa época, o território do município era de aproximadamente 26.000 km<sup>2</sup>.

Hoje, o município tem uma área bem menor: 433 km<sup>2</sup>. A população atual é de aproximadamente 358.523 habitantes, sendo 21.234 deles na zona rural e 337.289 na área urbana (IBGE, 2000). Como se vê, a taxa de urbanização é alta (94,08 %), assim como a de alfabetização, de 95%. É um índice de alfabetização alto, se comparado, por exemplo, com a taxa de analfabetismo nacional, que é de 13,3% (IBGE, 2000). Rio Preto é um pólo regional, e toda a sua infra-estrutura (comércio, indústrias, saúde, educação, etc) atende várias cidades da região, tais como Ipiranga, Onda Verde, Cedral, Bady Bassit, Guapiaçu, Mirassol, Votuporanga, Catanduva, Mirandópolis, entre outras.

Com boa infra-estrutura instalada para o transporte, a cidade possui um aeroporto de bom tamanho, onde circularam de janeiro a junho deste ano 70.752 passageiros e 614.738 mil quilos de carga, incluída a carga dos Correios (DAESP). Além disso, três grandes rodovias<sup>2</sup> passam por Rio Preto, e permitem o escoamento da produção de manufaturados da região e da safra agrícola do Centro-Oeste.

Rio Preto tem hoje uma economia reconhecida nacionalmente como pólo econômico regional. O PIB per capita do município em 1998 foi de R\$ 8.554,00

(SEMPLAN), e o IDH-M de 0,834 (IPEA), o que a classifica como um município de alto desenvolvimento humano<sup>3</sup>. De todos os investimentos feitos no estado de São Paulo no ano de 2003, 0,65% foram destinados à Região Administrativa de São José do Rio Preto (SEADE), um número bastante razoável, ao se considerar que aproximadamente 0,9% da população do Estado vive na mesma. Em indicadores sociais, a cidade está muito bem posicionada. O IDH-M de 2000 era de 0,834 (5,42% mais alto que o de 1991), e a esperança de vida ao nascer, de 71,3 anos (IBGE).

#### B) O FOMENTO (E COMENTÁRIOS)

As guerras fiscais entre municípios brasileiros têm levado algumas prefeituras a doarem terrenos, instalações, concederem isenções fiscais e apresentarem muitos outros atrativos para as grandes empresas, as quais, supostamente, trariam consigo muitos empregos (CYMBALISTA, 2002, p. 129). Ocorre, porém, que todas essas regalias concedidas custam caro aos cofres públicos. Além disso, tais empresas instalam-se nas cidades, na maioria das vezes, com o objetivo de reduzir custos e auferir com isso maiores lucros. A população economicamente ativa (PEA) pode ser “capturada” por essas grandes empresas. Elas monopolizam o mercado de trabalho, podendo, assim, praticar *dumping* social. Se há falta de mão-de-obra local qualificada, é muito mais comum que as empresas importem-na do que criem-na através da capacitação dos trabalhadores locais. Essa população local desqualificada é usada como mão-de-obra barata. Conseqüentemente, ocorrem grandes prejuízos ao poder público, pois isenção significa não tributação, ou seja, as prefeituras perdem uma importante fonte de receita. Além disso, o desemprego tende a não diminuir.

O município de São José do Rio Preto decidiu, por volta do ano de 1982, desenvolver uma política de geração de empregos e renda de forma peculiar, diferente daquela praticada pela maioria dos municípios. A idéia era permitir o desenvolvimento de micro e pequenas empresas locais, que atuassem no setor industrial e de serviços.

No final de 1981, o documento “Perfil Municipal”, uma publicação elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento, descrevia a realidade socioeconômica de São José do Rio Preto, analisava seu desenvolvimento e propunha, ainda, soluções para os problemas

e dificuldades que a cidade enfrentava. Tal documento indicava um índice de desemprego relativamente alto e ascendente<sup>4</sup>, e uma série de micro e pequenas empresas em situação irregular e instaladas em locais inadequados. No primeiro semestre de 1983, iniciavam-se as discussões que culminariam na concepção do Programa dos Minidistritos Industriais, a partir do Plano Quinquenal de Participação Comunitária<sup>5</sup>.

Altos índices de desemprego consecutivos indicam a existência de um ciclo de pobreza, um ciclo que só tende a aumentar. Empresas em situação irregular representam gastos públicos sem a respectiva arrecadação de impostos. Além disso, empresas em situação irregular certamente são um estímulo ao aumento do trabalho informal, fato socialmente complexo num país onde boa parte dos direitos estão ligados a uma carteira de trabalho assinada. O trabalho informal, entre outros direitos, não garante um plano de previdência social, um fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), etc.

A fim de tentar resolver, pelo menos em parte, esses problemas, a Prefeitura de São José do Rio Preto, através da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SEMPPLAN), desenvolveu um programa de incentivo aos micro e pequenos empresários que tivessem a intenção de se instalar ou se regularizar no município. Surgia o Programa dos Minidistritos Industriais de São José do Rio Preto, cujo objetivo era oferecer, dentro dos loteamentos populares, áreas para a formação de minidistritos industriais<sup>6</sup>.

Estruturado dessa forma, o programa, então, traria vantagens. A primeira é econômica: a geração de empregos para a população do próprio bairro. O fato de as pessoas morarem perto do local de trabalho traria economia aos cofres públicos, pois os gastos com transporte público se reduziriam. Os empresários não gastariam tanto com vale-transporte, e as famílias, com uma despesa a menos, teriam mais dinheiro em mãos para gastar de outras formas (com alimentação, vestuário, educação, etc) ou mesmo para poupar (o que seria menos provável, dado que a renda das famílias de baixa renda mal garante a sobrevivência das mesmas), e o tempo desperdiçado pelos trabalhadores com transporte, que era, portanto, improdutivo, passaria a ser gasto com mais trabalho e com a família. Segundo a Sra Eliana Sumara de Sousa, que mora na região do Minidistrito Ary Attab e trabalha em uma empresa instalada no mesmo, o tempo gasto para ir e voltar a pé ao trabalho é mínimo, o que a possibilita, por exemplo, almoçar em casa. Outra consequência

importante foi a inserção das mulheres de forma mais maciça no mercado de trabalho, facilitada pela diminuição dessa distância emprego – lar.

Na implantação do Programa, o mesmo integrou-se ao Programa Habitacional Nossa Terra (Política Habitacional do município na época), para que fosse de fato efetivo. Cada novo loteamento popular deveria, a partir daí, conter em seu interior uma área destinada à implantação de um minidistrito. Isso gerou uma segunda vantagem, quanto à localização geográfica. A distribuição populacional no espaço mudou, o eixo de circulação dessas pessoas saiu do centro da cidade e concentrou-se nas periferias. Assim, a distribuição do comércio e dos serviços também alterou-se. Hoje, os bairros da periferia têm um comércio grande: são supermercados, farmácias, oficinas mecânicas, etc. É como se dentro de Rio Preto existissem várias cidadelas. Essa modificação espacial fez com que o trânsito da região central melhorasse sensivelmente.

A localização dos minidistritos foi intensamente estudada. Por isso, a grande maioria dos minidistritos localiza-se na região Norte do perímetro urbano, sobretudo ao norte da malha ferroviária, onde estão localizados os bairros cujas populações são de mais baixa renda. Durante a primeira visita aos minidistritos (Dezembro de 2003), destacou-se a facilidade de acesso do centro da cidade até os mesmos. Isso facilita o transporte, e portanto o escoamento de tudo o que é produzido pelas micro e pequenas empresas, bem como o recebimento de matérias-primas. Via de regra, os minidistritos já consolidados são circundados por avenidas largas, bem cuidadas e sinalizadas.

O Programa traria, ainda, práticas de preservação do meio ambiente. Com as indústrias concentradas nos minidistritos, o controle da obediência às leis ambientais ficava mais fácil e eficiente, e o estímulo às práticas de preservação, mais efetivos. Ainda, a inserção dos minidistritos juntamente com bairros populares em “vazios urbanos” não induziam a ampliação desordenada do perímetro urbano, preservando mais ainda as fronteiras da zona rural. Por estarem cercadas de conjuntos residenciais, as empresas têm de cumprir à risca as leis ambientais. Todo tipo de poluição (aérea, visual, do solo, dos lençóis freáticos e sonora) deve ser rigidamente controlada e fiscalizada, para que a convivência entre os Minidistritos e os conjuntos residenciais seja pacífica e respeitosa. No Minidistrito Centenário da Emancipação há uma empresa que trabalha com a técnica da galvanoplastia. Tal processo exige um intenso tratamento do esgoto para evitar o lançamento de ácidos

clorídrico e sulfídrico, além de tintas, óxidos e outras substâncias extremamente tóxicas aos mananciais. A fiscalização da CETESB, de acordo com o empresário, é feita com frequência.

Seguindo a idéia de agregar o desenvolvimento dos minidistritos à política habitacional da cidade, procurou-se situar as áreas reservadas aos empreendedores próxima a uma infra-estrutura destinada ao atendimento da população local (postos de saúde, escolas públicas e centros comunitários).

A presença das escolas nos bairros da periferia é muito importante, pois ajuda a erradicar a violência e a capacitar a população carente para o mercado de trabalho. A educação não deve ser vista como gasto, e sim como investimento de longo prazo. Além de trazer a cidadania, a escolaridade traz benefícios econômicos (GARCIA, 2004).

A cidade tem uma boa relação alunos / escolas (escolas municipais, particulares e estaduais), 393,20, aproximadamente (Secretaria Municipal de Educação) e um baixo índice de analfabetismo (5%), como já dito. Entretanto, o foco na capacitação da população para integrar o mercado de trabalho local parece não existir. Segundo o empresário e diretor regional da CIESP, Mauro Mano Sanches, a região é carente de mão-de-obra especializada. Um dos fatores que contribuem para o fato é a baixa qualidade dos ensinos fundamental e médio públicos. Hoje, é grande o número de analfabetos funcionais, aquelas pessoas que, para as estatísticas dos governos, constam como alfabetizadas, mas que, na prática, mal sabem ler e escrever. A um analfabeto funcional não adianta freqüentar um curso técnico, pois ele não conseguirá absorver seu conteúdo.

Nos últimos anos, para Sanches, a evolução tecnológica automatizou vários processos industriais. Todavia, a qualidade da mão-de-obra não acompanhou essa evolução. Hoje, os funcionários mais velhos não conseguem trabalhar com máquinas automatizadas. Os únicos dispostos a freqüentar cursos para operar máquinas de ponta são os funcionários mais jovens, com idade média abaixo dos vinte anos. Por serem adolescentes, segundo ele, têm menos responsabilidade ao trabalhar, o que compromete a produtividade e os lucros da empresa. Mauro investe no treinamento de seus funcionários, e mesmo assim, afirma que seu prejuízo por erros na produção é alto, chegando a R\$ 20.000,00 mensais.

### C) A IMPLANTAÇÃO E A EVOLUÇÃO

A implantação do programa iniciou-se em 1986, e pode ser dividido em dois momentos históricos (BOLÇONE, 2000, p. 124): um período de implantação do programa e seu desenvolvimento (de 1982 a 1987, aproximadamente) e um período de reestruturação e consolidação do mesmo (de 1988 até o momento presente).

O que se propunha era uma política pública desenvolvimentista diferente daquelas que concedem subsídios e terrenos gratuitamente (SEMPPLAN). Cabe aqui, todavia, uma observação: não se pode afirmar que o programa é desprovido de subsídios. Isenções fiscais realmente não existem. Porém, os terrenos são vendidos a um preço menor que o de mercado, e, ainda, existem facilidades para o pagamento dos mesmos, através de um longo prazo. A decisão de vender os lotes mais baratos aos empreendedores envolve uma decisão de custo de oportunidade da Prefeitura. Buscando benefícios sociais, ela optou por facilitar a compra dos mesmos. Vender abaixo do preço de mercado significa conceder subsídios. Transferir recursos, todavia, é função do poder público. Essa é uma das formas de se estimular o desenvolvimento sócio-econômico do Município. Com grandes chances, todo o dinheiro investido pela prefeitura ao vender os lotes abaixo do preço de mercado será revertido em mais qualidade de vida para a população e maior receita tributária para os cofres municipais.

O primeiro Minidistrito industrial instalado foi o Minidistrito Tancredo Neves, localizado na região leste do Município de São José do Rio Preto (próximo ao Hipermercado Carrefour), entre os bairros Vila Toninho, Conjunto Habitacional CAIC (CDH) e a rodovia Washington Luís. Possui 366 lotes cujas áreas variam de 350 a 450 m<sup>2</sup>. Segundo a SEMPLAN, até o ano de 2002, 168 empreendimentos já haviam sido beneficiados no Tancredo Neves. Baseando-se na Lei nº 3874 de 27/07/1986, foi criado junto ao Minidistrito um loteamento residencial componente do Programa Habitacional Nossa Terra, bairro Cristo Rei, com 849 lotes. Essa mesma Lei, que autorizava a criação de um minidistrito, autorizava também a alienação das áreas aos empreendedores selecionados por meio de sorteio.

Nos primeiros anos, a Prefeitura decidiu priorizar a instalação de três segmentos industriais: serralheiro, moveleiro e de confecções. Dentro de um mesmo Minidistrito,

havia divisões entre os 3 segmentos: indústrias moveleiras ficavam ao lado de indústrias moveleiras, serralherias próximas a serralherias e confecções ao lado de confecções. Cada quadra funcionava como um mini cluster. Isso se deu porque, segundo a SEMPLAN, eram os segmentos com maiores perspectivas de crescimento no momento. Além disso, o setor de confecções tinha uma importante função social: aumentar a inserção de mulheres no mercado de trabalho. Todavia, a partir de 1988, as constantes oscilações e ampliações do mercado fizeram com que a SEMPLAN flexibilizasse a adesão de outros tipos de empreendimentos. Os minidistritos passavam a ser chamados, então, de Minidistritos Industriais e de Serviços<sup>7</sup>. O gráfico abaixo mostra a atual distribuição dos empreendimentos:



Fonte: SEMPLAN, 2003.

As crises econômicas da década de 1980 levaram a SEMPLAN à revisão de alguns aspectos do programa, que apontaram a necessidade de mudanças. Assim, a segunda fase destinou-se à implementação das mesmas, no intuito de tornar o programa ainda mais efetivo. Além da abertura dos Minidistritos a empreendimentos que não fossem do ramo de confecções, móveis e serralherias, uma das alterações mais importantes sofridas pelo

programa foi quanto à forma de venda dos terrenos. Antes, a venda era feita através de licitação<sup>8</sup>. Tal método, todavia, permitia a ação de especuladores, que compravam os lotes apenas para comercializá-los. Segundo Bolçone, daquela forma era muito mais difícil exercer o poder de polícia sobre o destino dos lotes. Para evitar tal atividade e o conseqüente desvirtuamento do Programa de seus escopos, a SEMPLAN modificou o sistema. A partir de 2001, todo empreendedor que pretende se inscrever no processo seletivo dos Minidistritos tem de seguir os seguintes passos, preenchendo a ficha de inscrição. A ficha abrange várias características (ver anexo). Nela, o empresário precisa informar seus dados pessoais (assim como o de seus sócios, quando há) e dados da empresa (tais como razão social, CNPJ, se está constituída formalmente ou não, número de empregados, etc). Junto à ficha vem um plano de negócios, onde o empresário deve descrever com detalhes seus projetos e planos para os próximos 12 meses, dados sobre seu mercado consumidor (concorrentes, mercado potencial, etc) e informações financeiras do negócio (estimativas de gastos mensais, receitas, etc). O candidato tem de indicar, ainda, nomes de clientes e fornecedores com os quais tenha tido contato recente. Anexos à ficha preenchida devem constar:

Pessoa Física:

- a) Cópia do RG e CPF;
- b) Cópia da conta de luz do último mês do local onde funcionaram as atividades da “empresa”.

Pessoa Jurídica:

- a) Cópia do CNPJ, do Contrato Social (frente e verso) e alterações, inscrição estadual e inscrição municipal, RG e CPF dos sócios;
- b) Cópia da conta de luz do último mês do local onde funcionaram as atividades da empresa;
- c) Cópia de certificados de cursos e treinamentos realizados (apesar de opcionais, os certificados aumentam a pontuação na classificação).

As fichas são analisadas por uma comissão formada por representantes do SEBRAE, do Centro Incubador de Empresas, da FIESP, do CIESP, do Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor da Universidade do Norte Paulista (UNORP), da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto e técnicos da SEMPLAN. Os empreendedores mais capacitados são selecionados, de acordo com a pontuação das fichas, que segue o esquema abaixo:

1. “Tempo de funcionamento da empresa / desenvolvimento da atividade:
  - Até um ano: 1 ponto
  - De 1 a 3 anos: 2 pontos
  - Mais de 3 anos: 3 pontos
  
2. Realizou cursos ou treinamentos no ramo em que pretende atuar ou que auxiliam na formação de empreendedor (comprovados por certificado)?
  - De 1 a 2 cursos: 1 ponto
  - De 3 a 4 cursos: 2 pontos
  - Acima de 4 cursos: 3 pontos
  
3. Número de postos de trabalho oferecidos pelo negócio:
  - Até 5 empregos: 1 ponto
  - De 6 a 10 empregos: 2 pontos
  - Acima de 10 empregos: 3 pontos
  
4. Apresentou referências solicitadas?
  - Sim: 1 ponto
  - Não: Zero ponto
  
5. Certidão da Serasa:
  - Apresentou e não possui restrição: 1 ponto
  - Não apresentou ou possui restrição: Zero ponto

6. Plano de negócio apresentado – itens a serem pontuados:

- Objetivos / Metas: 0,25 ponto
- Atividade: 0,25 ponto
- Pessoal com experiência: 0,25 ponto
- Capital: 0,25 ponto
- Clientes: 0,25 ponto
- Fornecedores: 0,25 ponto
- Experiências anteriores: 0,25 ponto
- Fluxo de Caixa: 0,25 ponto”.

(Fonte:SEMPLAN,[http://www.riopreto.sp.gov.br/externos/sm\\_planejamento/programa\\_minidistritos/criterio\\_pontuacao.pdf](http://www.riopreto.sp.gov.br/externos/sm_planejamento/programa_minidistritos/criterio_pontuacao.pdf)).

A explicitação de todo o sistema de pontuação evidencia uma boa característica do processo seletivo: a transparência. No momento em que entrega a ficha, o candidato já tem uma idéia de quantos pontos poderá somar. A intenção não é entrar no mérito dos critérios (se estão certos ou errados, adequados ou inadequados). Porém, eles foram concebidos na busca da forma mais objetiva possível. O simples fato de a SEMPLAN divulgar (no próprio site, inclusive) os critérios que usa para classificar os candidatos já demonstra a imparcialidade da comissão avaliadora.

A pontuação máxima que um candidato pode atingir é de 13 pontos. A sua posição na classificação é assegurada por um período de 6 meses. Todos os candidatos classificados são, posteriormente, subdivididos em:

- a) Empresa já constituída e não instalada em um Minidistrito;
- b) Empresa já instalada num Minidistrito e que precisa de área para expansão;
- c) Empresa ou pessoa física que atue na informalidade;
- d) Novos empreendedores (empresas ou pessoas físicas em busca de nova atividade).

A distribuição obedece à seguinte proporção<sup>9</sup>, de acordo com a classificação acima:

Subgrupo a: 50% dos lotes;

Subgrupo b: 20% dos lotes;

Subgrupo c: 20% dos lotes;

Subgrupo d: 10% dos lotes.

Os empreendedores classificados receberão o(s) lote(s) (caso não haja fila de espera, que hoje é de 125 empresas) sob concessão de uso por um período de 24 meses. O tamanho dos lotes varia de 200 m<sup>2</sup> a 1.000 m<sup>2</sup>, regulado pela Lei nº 4468/88, que rege o Programa de Minidistritos. A área mínima de construção é de 40% da área total, e a máxima de 66%. Cada empresário tem o direito de adquirir até 2 lotes por empreendimento.

Durante o período de concessão, o empresário tem de apresentar um plano de construção e executá-lo. Em outras palavras, os 24 meses são o tempo concedido pela SEMPLAN ao empresário para que ele adquira as benfeitorias necessárias para iniciar as atividades de sua empresa. Após esse período, ele passa a ter o direito de compra o lote, que pode ser financiado em até 50 meses. As parcelas, até o ano de 2002 corrigidas anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), passaram a ser corrigidas pelo IPC-A (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Em caso de não cumprimento de cronogramas, paralisações nas atividades ou inadimplência no pagamento das mensalidades do financiamento, são emitidos pedidos de regularização. Caso ela não ocorra, o imóvel é tomado pela Prefeitura, voltando ao Patrimônio Público e podendo ser revertido a outro interessado.

Todos esses dados são utilizados para comprovar o real interesse dos empresários e evitar o uso das áreas para especulação imobiliária. Mesmo assim, alguns problemas ainda existem. Em alguns Minidistritos, como o Ary Attab, por exemplo, há igrejas evangélicas instaladas no lugar de empresas. Segundo Bolçone, havia pessoas que compravam os lotes, construía o imóvel e depois o alugavam às igrejas. Com a nova ficha de inscrição, essa prática tornou-se muito mais difícil. Porém, as igrejas que já se instalaram dificilmente se mudarão. A grande quantidade de vereadores evangélicos acaba dificultando as manobras da SEMPLAN para acabar com a prática e aumentar a criação de empregos, segundo Márcia Aparecida Domingues, secretária da SEMPLAN.

Atualmente, há uma lista de espera de aproximadamente 125 inscrições), e mais de 700 empresas já foram atendidas pelo programa, mantendo atualmente aproximadamente 4225 empregos<sup>10</sup> (SEMPPLAN).

O programa nasceu de uma iniciativa da Prefeitura. Assim, a participação e o interesse dos funcionários municipais fez-se, e ainda se faz, essencial para a construção da

realidade atual e das perspectivas para o futuro. Merece destaque como importante ator neste projeto o atual secretário do planejamento, Orlando José Bolçone. Com um extenso curriculum voltado para a administração pública, Bolçone ocupa o cargo pela terceira vez (os mandatos foram nos períodos de 1983 a 1988, 1993 a 1996 e a partir de 2000). De todos os envolvidos, é o que mais participou da história dos minidistritos. Segundo ele, o programa é a “menina dos olhos” da secretaria. Sua Dissertação de Mestrado foi sobre o programa. Bolçone é considerado pelos funcionários da SEMPLAN como o “pai” dos Minidistritos. Participou do fomento do programa, pois à época do início do mesmo era secretário de planejamento. Nas demais vezes em que ocupou o cargo, encarou o programa como o mais importante projeto da prefeitura.

É interessante notar que a equipe dos Minidistritos pouco mudou desde sua constituição, com o lançamento do Programa. Independentemente do partido a que pertenciam, os prefeitos optaram por dar continuidade ao programa. O próprio Bolçone manteve-se no cargo de Secretário durante 12 anos, mesmo com as trocas de partidos políticos ocorridas<sup>11</sup>. A falta de continuidade administrativa, que nesse caso não ocorreu, é um problema para a evolução das políticas públicas. Segundo Ricardo Caldas, da UNB, “quando se destroem programas prontos, há entraves para implantar os novos” (VIVARTA, 2003, pág. 91). A falta de continuidade administrativa atrapalha, de fato, o desenvolvimento socioeconômico. Muitas vezes, ao assumir o governo, uma equipe pode optar por desativar alguns programas do antigo, e instaurar no lugar do mesmo um substituto, sem avaliar a necessidade de fazê-lo. Outro fato bastante comum é a tendência dos políticos em investir mais em políticas de transferência do que de geração de rendas. Os resultados da primeira se dão mais em curto prazo, e, politicamente, é mais vantajoso.

No caso dos Minidistritos, alguns fatores contribuíram para a continuidade do programa. Primeiramente, durante os primeiro quatorze anos o Município foi governado por um mesmo partido, o PMDB (sendo que dois dos três governos do PMDB foram do Sr Manoel Antunes). Isso contribuiu para que o programa completasse, ao menos, sua primeira fase, de implantação, e trouxesse os primeiros resultados. Além disso, o Secretário do Planejamento Bolçone ocupa tal cargo pelo seu décimo segundo ano.

Para Bolçone, os Minidistritos, além dos efeitos socioeconômicos, têm suas qualidades urbanísticas, pois ocupam vazios urbanos, transformando-os em pólos

industriais referenciais no perímetro urbano. Além disso, o fato de várias empresas serem vizinhas umas das outras acaba desenvolvendo a cultura empreendedora da cidade. Essa última característica é defendida pelo secretário e também pelo diretor do CIESP Mauro Sanches, cuja empresa cresceu em um Minidistrito.

De fato, em alguns Minidistritos a amizade entre os empresários tem trazido melhoras a todos. No Minidistrito Centenário da Emancipação, a pavimentação das ruas foi feita de forma muito eficiente, e a obra foi gerenciada por um conjunto de empresários. Porém, em termos gerais, o associativismo entre os empresários tem deixado um pouco a desejar. Segundo o proprietário da CRB móveis, localizada no Minidistrito Solo Sagrado, a falta de uma entidade que represente exclusivamente as empresas dos Minidistritos acaba impedindo o crescimento das mesmas. Uma associação que representasse as empresas poderia facilitar a divulgação dos produtos fabricados e dos serviços vendidos na cidade. Cada empresa, sozinha, não teria dinheiro suficiente, por exemplo, para divulgar seus produtos na televisão. Porém, todas juntas poderiam fazê-lo. Além de um instrumento de divulgação, uma associação funcionaria ainda como um importante meio de busca de melhorias para as empresas, o que, por consequência, fortaleceria ainda mais a cultura empreendedora local.

Compõe também o Setor de Minidistrito a secretária Márcia Aparecida Domingues, funcionária municipal desde o ano de 1990. Márcia é uma das responsáveis pelo setor de Minidistritos e já presenciou os momentos de “altos e baixos” do Programa. Segundo ela, a pior fase do Programa foi durante a gestão 1997-2000. Nesse período, o prefeito preferiu realizar maiores investimentos no social, deixando os Minidistritos num segundo plano.

O já citado Mauro Mano Sanches, diretor regional do CIESP e proprietário da empresa Hidroveda, é um importante ator na comunidade. Sua empresa atualmente está instalada no Distrito Industrial Ulysses Guimarães, mas desenvolveu-se num Minidistrito. A Hidroveda foi criada durante a primeira gestão do prefeito Manuel Antunes (1983-1989), no minidistrito Tancredo Neves, para produzir torneiras. Durante o governo Collor, entretanto, a empresa passou por uma séria crise. Mauro, então, procurou alternativas de produção, e, assim, começou a produzir tubos metálicos usados na produção de jóias (Rio Preto tem um importante pólo de produção de jóias). Foi então que um amigo seu, caminhoneiro, viu um dos tubos e pediu que Mauro fizesse buchas para seu caminhão. De

boca em boca, os caminhoneiros passaram a fazer o mesmo pedido, e a produção foi se tornando cada vez mais viável. Já em 1992, a Hidroveda não produzia mais torneiras. Concentrava-se apenas no setor de autopeças para caminhões. Hoje, a empresa tem como clientes empresas como a Mercedes Benz, e exporta seus produtos para a Alemanha e Itália.

Formado em engenharia metalúrgica, Mauro fez diversos cursos do SEBRAE e do CIESP, do qual hoje é diretor regional. Para ele, os minidistritos são facilitadores de logística. Localizados em posições estratégicas e de fácil acesso, facilitam o escoamento de produção e diminuem custos com transporte de funcionários. Além disso, a proximidade com outras empresas acaba permitindo trocas constantes de informações e idéias, o que fortifica a cultura empresarial e empreendedora da cidade. Sanches afirmou que a importância da união entre os vizinhos traz bons resultados. No Distrito Industrial Ulysses Guimarães, os empresários estão se mobilizando para construir uma espécie de condomínio industrial, murando todo o Distrito.

Segundo Emília Maria Martins de Toledo Leme, economista da SEMPLAN, a prefeitura está em busca de novas parcerias para o Programa. Atualmente, a Unorp (Universidade do Noroeste Paulista) possui uma equipe (formada principalmente por alunos) que assessora os empreendimentos informais gratuitamente, legalizando-os. Esse trabalho, todavia, não é feito apenas com as empresas que estão se instalando em um Minidistrito, e sim com qualquer empresa do município. O Senai realiza, juntamente com o Sebrae, trabalhos de consultoria para empresas do setor moveleiro. A USP São Carlos e a USP Ribeirão Preto estão desenvolvendo trabalhos a fim de aperfeiçoar o Programa.

O vínculo interorganizacional mais estreito do programa, até o momento, é com o Centro Incubador de Empresas do Município. A incubadora obedece a um esquema de condomínios de empresas, diferente de um modelo de parques industriais. Há uma similaridade conceitual entre tal tipo de incubadora e um cluster – a idéia de tudo no mesmo espaço. Em vez de um imóvel para cada empresa, existe uma série de boxes onde elas se instalam. A incubadora de São José do Rio Preto foi inaugurada em janeiro de 1999, e é uma das mais de trinta e cinco do estado de São Paulo, e uma das mais de quatrocentas existentes no país atualmente (Incubadora, 2003). Sua capacidade atual é de atender dez empresas simultaneamente. Ela é mantida pela Prefeitura Municipal (que paga o aluguel e

os serviços de segurança) e pelo SEBRAE (fornece cursos aos empreendedores e custeia as demais despesas).

Os empreendedores interessados em se instalar na incubadora passam por uma entrevista. Depois, elabora-se um plano de negócios, que será analisado para comprovar a viabilidade do negócio. Os planos são analisados por uma espécie de conselho, formado por representantes do SEBRAE, da Prefeitura Municipal, da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto e da Caixa Econômica Federal. Quando o conselho aprova o plano, o empreendedor adquire o direito de se instalar na incubadora, podendo permanecer usufruir das instalações por um período de 2 anos. Com o término do prazo máximo de estadia, as empresas têm de se mudar para um novo imóvel, que pode se localizar, por exemplo, num Minidistrito. Um exemplo típico é o de Delvair Cecconi, natural de Ribeirão Preto, que mudou-se para São José do Rio Preto em busca de melhores oportunidades de negócio. Proprietário da fábrica de móveis de ferro e colchões DiPaula, instalada no Minidistrito Centenário da Emancipação, Cecconi ficou na incubadora por dois anos. Mesmo sendo formado em Administração de Empresas, afirmou que a assessoria prestada pela incubadora foi fundamental para o desenvolvimento de sua fábrica.

Não existe a obrigatoriedade de passar pela fase da Incubadora para instalar-se num Minidistrito. Porém, as empresas que percorrem este caminho têm preferência no processo seletivo.

A eficiência de todo este processo fica visível: num estado onde a média de mortalidade das empresas é de 35% (SEBRAE, 1997), a incubadora reduziu a mortalidade daquelas que passam por ela para 13,4%, em média (Incubadora, 2003).

A Incubadora local está progredindo. O prédio atual, alugado e longe do centro da cidade (fica na zona rural do município), não é dos mais adequados para receber empresas. Não há nem cabos de conexão de Internet de alta velocidade. No segundo semestre de 2004, porém, será inaugurado o novo prédio, agora de propriedade da Prefeitura Municipal. Maior, poderá abrigar mais empresas e oferecer mais infra-estrutura a elas. A localização também é muito boa. O prédio fica dentro do Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, próximo à Rodovia Washington Luiz (SP-320), ao aeroporto e ao Futuro Pólo Tecnológico do município.

Em dezembro de 2003 (primeira visita) foram visitados quatro Minidistritos: Solo Sagrado, Ary Attab, Centenário da Emancipação. O primeiro Minidistrito visitado foi o Minidistrito Solo Sagrado. Com 123 lotes, foi inaugurado no dia 29/07/1987. Segundo os dados da SEMPLAN, hoje estão instaladas 65 empresas no local, empregando diretamente 325 pessoas. Há apenas dois lotes vagos.

Durante a primeira visita (dezembro de 2003), o já citado Sr Carlos Brito, proprietário da Loja e Fábrica de Móveis CRB, queixou-se da falta de um órgão que reforçasse o vínculo entre os empresários dos minidistritos. Apesar de os minidistritos reforçarem a cultura empreendedora do município, os empresários sentem falta de uma Associação que os reúna e os represente. A Associação Comercial e Industrial por si só não basta, segundo eles. Carlos afirma que um órgão com essa função poderia divulgar de forma mais eficiente tudo o que é produzido nos Minidistritos. “Poderíamos promover feiras, eventos e até mesmo investir em propaganda em redes de televisão e jornais” – diz o empresário. Até a segunda visita (julho de 2004), nada havia sido feito a respeito do assunto, o que revela uma certa acomodação ou falta de interesse dos empresários.

O segundo Minidistrito que compôs o roteiro das visitas foi o Minidistrito Ary Attab. Inaugurado em 1992, este é formado por 72 lotes e abriga, atualmente, 61 empresas, que juntas geram 305 empregos (SEMPPLAN, 2003). A empresa Bander Placas está instalada no mesmo, e durante a primeira visita estava adquirindo mais um terreno a fim de ampliar sua capacidade produtiva. Como dito algumas páginas atrás, neste Minidistrito há igrejas evangélicas, problema que a SEMPLAN vem tentando resolver já a algum tempo, sem sucesso.

O terceiro selecionado foi o Minidistrito Centenário da Emancipação, inaugurado em 13/04/1994. Maior que os outros dois, este tem 155 lotes e 124 empresas gerando 620 empregos (SEMPPLAN, 2003). Neste está instalada a fábrica de colchões e móveis de ferro Di Paula, do administrador de empresas Delvair Cecconi. Delvair, antes de instalar-se no Minidistrito, ficou por dois anos no Centro Incubador de Empresas. De acordo com o empresário, a experiência na Incubadora foi muito rica, pois agregou conhecimentos que o permitiram desenvolver uma boa gestão da fábrica.

O último a ser visitado foi o Minidistrito Adail Vetorazzo, inaugurado no dia 16/12/1996. Um dos maiores minidistritos, com 306 lotes, previa a instalação de 238

empresas e a geração de 1190 empregos diretos (SEMPPLAN, 2003). Todavia, na primeira visita o local encontrava-se em estado de semi-ocupação. Isso se deve ao fato de a infraestrutura necessária para a instalação das empresas não ter chegado ao local. A principal queixa dos empresários é em relação ao asfalto, que, até a última visita, não havia sido providenciado. Embora, segundo as regras do Programa, a prefeitura não tenha obrigação de asfaltar tais ruas, ela poderia ao menos incentivar empresários a reunirem-se, de alguma forma, para fazê-lo, seguindo a iniciativa dos empresários do Minidistrito Centenário da Emancipação.

Independentemente disso, com obras paradas e sem a instalação de empresas no Minidistrito, todos saem perdendo. O Sr. Carlos, da CRB móveis, conseguiu dois lotes no Adail Vetorazzo, pois suas instalações no Minidistrito Solo Sagrado já não são capazes de atender sua demanda. O empresário afirma, porém, que não iniciará suas obras antes da resolução do problema do asfalto, mesmo sabendo que está perdendo dinheiro com seu projeto engavetado. Além disso, corre o risco de perder o direito de compra dos lotes, pois quando o prazo de 24 meses vencer, a SEMPLAN tomará as devidas providências legais<sup>12</sup>. Segundo ele, nem todos os empresários estão dispostos a tirar dinheiro do caixa e melhorar a infra-estrutura da região. A população local também fica prejudicada, pois algumas centenas de empregos estão deixando de ser criadas. Não bastasse isso, a prefeitura está perdendo parte de sua receita tributária, que é a maior das receitas do Município<sup>13</sup>.

#### D) CONCLUSÕES

Com praticamente vinte anos de existência efetiva, o Programa dos Minidistritos Industriais e de Serviço de São José do Rio Preto demonstra-se consolidado como importante força motriz do desenvolvimento socioeconômico local. Os Minidistritos não são uma idéia da comunidade, e sim do poder público local, representado neste caso pela Secretaria Municipal de Planejamento de Gestão Estratégica (SEMPPLAN), que criou, desenvolveu e geriu o Programa ao longo desses anos. Todavia, percebe-se uma forte coesão entre as necessidades da comunidade e trabalho da Prefeitura.

O Programa tem conseguido, de forma surpreendente, atingir os seus objetivos em seus principais campos de atuação:

- Socioecômico: redução com gastos de transporte, geração de empregos, aumento da renda do município e aumento da receita tributária; e aumento da produtividade das empresas e dos trabalhadores com a diminuição do tempo despendido no transporte; inclusão da população feminina no mercado de trabalho; e aumento da qualidade de vida da população, devido ao aumento da renda familiar<sup>14</sup>.

- Ambiental e urbanístico: ocupação dos vazios urbanos pelos loteamentos populares e pelos Minidistritos, a fim de conter a expansão desordenada e desnecessária do perímetro urbano; respeito às leis de zoneamento urbano, através da concentração da atividade industrial separada da área residencial, porém próximo à mesma; e localização dos Minidistritos em posições logisticamente estratégicas e próximos aos equipamentos urbanos básicos e necessários, tais como escolas, creches, centros comunitários e de saúde.

Por suas características e impactos causados no campo socioeconômico do município, a pesquisa levou a concluir que trata-se de um programa de geração de renda e não de pura transferência de renda. O melhor termo encontrado para defini-lo foi “programa de fomento ao empreendedorismo”. O Programa dos Minidistritos foi assim definido por combater estruturalmente a pobreza e as desigualdades socioeconômicas, diferentemente do que seria um programa de mera transferência de renda, representado por políticas compensatórias e não de cunho estrutural.

É claro que ainda há questões a serem resolvidas no Programa. O problema das igrejas evangélicas é um deles. Dada a dificuldade de buscar uma solução pelas vias legais, a SEMPLAN poderia tentar fazer um acordo com os responsáveis legais das Igrejas, ou mesmo com os proprietários dos imóveis. Talvez uma permuta de imóveis resolvesse a questão. Ou, indo mais além, poder-se-ia admitir a existência dessas Igrejas nos Minidistritos, desde que elas respeitassem a certas condições, não sendo diferentes das empresas ali instaladas. A religião é um elemento muito presente na sociedade. Deve, então, haver um espaço para sua prática, seja dentro ou fora de um Minidistrito, e talvez legalizar a situação dessas entidades seja a forma menos conflituosa de se resolver o problema.

Apesar de funcionar como um forte estímulo ao empreendedorismo local, em alguns Minidistritos o espírito de coletividade parece faltar, como já citado no caso do Minidistrito Solo Sagrado, onde o proprietário da Loja CRB queixou-se das oportunidades perdidas pela

falta de união entre os vizinhos. Porém, a tendência é de melhora. Aos poucos, a popularização da cultura empreendedora pode fazer com que aqueles que ainda não tomaram iniciativas, tomem-nas. Contrariamente ao Solo Sagrado, foi citada a bem sucedida experiência do Minidistrito Centenário da Emancipação, onde os próprios empresários gerenciaram a obra de pavimentação.

Provavelmente, há meios de a Prefeitura agilizar o processo de distribuição dos lotes da lista de espera, nem que para isso tenha de ser criado outro Minidistrito. E, segundo a Conjuntura Econômica da Secretaria do Planejamento, há verba no caixa municipal. Desde 2001, a Prefeitura vem acumulando sucessivos superávits. Em 2002, por exemplo, foram arrecadados R\$ 235.325.000,00, e as despesas somaram R\$ 211.462.000,00 (SEMPPLAN, 2003, pág. 68). Contudo, havendo filas de espera ou não, deve ser ressaltada uma das melhores características de todo o processo de seleção: a transparência. Como foi visto, todo o processo pode ser acompanhado por aqueles que concorrem, e os critérios de seleção, disponíveis no site da Secretaria, são muito claros. Além disso, a existência de uma comissão que avalie e acompanhe os inscritos e selecionados exige, mesmo que indiretamente, uma prestação de contas da prefeitura e transmite uma confiabilidade ainda maior do Programa à população. De certa forma, o envolvimento dessas pessoas com o Programa, além de trazer mais transparência, funciona como instrumento de continuidade e sustentabilidade aos Minidistritos.

Como havia dividido Bolçone, a partir do ano de 1988 iniciou-se o processo de reestruturação e consolidação do Programa. E esse processo de reestruturação provavelmente não cessará. Depois da industrialização e da globalização da economia, o país enfrenta oscilações econômicas cada vez mais constantes. Conseqüentemente, o dinamismo aumenta, o que leva o mercado a mudar e a diversificar-se sempre. Assim, quando alguns problemas são contornados, outros tendem a surgir. A modificação do sistema de venda dos lotes é um bom exemplo de um problema bem contornado. A implantação da nova ficha de inscrição e o processo seletivo praticamente exterminou a ação de novos especuladores imobiliários.

Quanto à possibilidade de exportação da idéia a outros municípios, ou seja, às probabilidades de se implantar com sucesso a idéia dos Minidistritos em outras cidades, há algumas considerações. Por se tratar de um programa de geração de renda, e trazer,

portanto, resultados em longo prazo, é uma idéia que depende totalmente da continuidade administrativa. Em suma, não é um programa que trará grandes resultados em 4 anos de existência. Em Rio Preto, por exemplo, o Programa só se desenvolveu porque foi dada continuidade a ele, independentemente do partido político que governasse o município.

Além disso, deve-se observar a característica de cada região. O modelo estudado nesta pesquisa foi desenvolvido para São José do Rio Preto, considerando as necessidades urbanísticas, econômicas e sociais do município. Ao observar um município com tradições agropecuárias do Mato Grosso do Sul, ou um do interior da Bahia que sobreviva com o artesanato local, certamente a idéia dos Minidistritos terá de sofrer adaptações para ser implantada. No primeiro exemplo, pode-se chegar a um conceito de Minidistritos de Indústrias de Laticínios e Frigoríficos, de tal forma que todo o sistema de gestão e desenvolvimento se pareça muito com a do Programa de Rio Preto. No segundo exemplo, pode-se optar por um modelo de Minidistritos de Artesanato, de tal forma que a população local possa aumentar a produção, organizar e escoar de forma mais eficiente suas vendas e alcançar, assim, uma renda melhor, extinguindo a pobreza estrutural de sua região.

Fomentar um programa com essas características e objetivos requer, principalmente, respeito e entendimento das necessidades da população alvo. O ideal é que a decisão sobre as atividades a serem desenvolvidas seja tomada em conjunto com os futuros beneficiados. Deve-se procurar desenvolver um programa cujas atividades sejam de conhecimento da população. As pessoas que serão beneficiadas terão mais facilidade em trabalhar com algo que elas já tenham uma certa experiência. A gestão e os resultados de um programa são muito mais eficientes com a participação popular. Há, porém, muitos modos de se implantar políticas sociais sem a participação popular na gestão. O caso de Rio Preto foi um deles. A iniciativa e a gestão dos Minidistritos são do poder público, porém todas as ações têm por base as necessidades da população. Em outras palavras, a SEMPLAN administrou sem perder o foco e o contato com a comunidade.

Fica para a prefeitura e para os empresários um desafio: trabalhar mais o conceito de cadeia produtiva. Embora o programa esteja estabilizado, pode melhorar ainda mais. É importante manter-se na busca constante de novos mercados consumidores, de novas formas de divulgação e escoamento da produção. A posição geográfica de Rio Preto confere à cidade um status logístico importante, e isso deve ser explorado.

Destaca-se, por fim, o comprometimento, a seriedade e união da equipe que compõe a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica de São José do Rio Preto. A sinergia e o respeito à população permitiu a construção de uma política saudável de desenvolvimento local, que trouxe esperança a muitas pessoas da cidade.

### III - NOTAS

1 - Para a construção do histórico do Município, foram usadas informações das seguintes fontes:

- Site da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (<http://www.riopreto.sp.gov.br>);
- Entrevistas com os funcionários mais antigos da Prefeitura e com alguns moradores;
- [http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg\\_03/Reg03\\_SJRioPreto.htm](http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_03/Reg03_SJRioPreto.htm).

2 – O município é circundado por três importantes rodovias. A Rodovia Washington Luís (SP-310) é o caminho à capital do Estado. A Rodovia Transbrasiliana (BR-153) liga o norte ao sul do país, dando acesso à Argentina e ao Uruguai. Já a Rodovia Assis Chateaubriand (SP-425) dá acesso ao sul de Minas Gerais, Ribeirão Preto e ao Norte do Paraná.

3 – O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – é calculado segundo a média aritmética de 3 indicadores: esperança de vida ao nascer, educação e renda. As categorias de classificação obedecem à seguinte regra:

- 0,0 < IDH < 0,5 – desenvolvimento humano baixo;
- 0,5 < IDH < 0,8 – desenvolvimento humano médio;
- 0,8 < IDH < 1,0 – desenvolvimento humano alto.

4 – Apurou-se que a taxa de desemprego da região metropolitana de São Paulo em 2003 foi de 19,9% (SEADE). Quanto à taxa de desemprego de São José do Rio Preto, porém, nenhum dado foi encontrado na mesma base. A afirmação se sustenta nas afirmações da equipe da SEMPLAN e de alguns moradores da cidade.

5 - O Plano Quinquenal de Participação Comunitária foi um Plano de Governo Municipal para o período de 1983 a 1988. Hoje, foi substituído pelo Orçamento Participativo, nova forma de planejar os gastos municipais com a participação da população.

6 – Apesar de ser discutido no Plano Quinquenal de Participação Comunitária, o Programa foi implantado pela Prefeitura. A equipe que acompanhou a formulação, implantação e funcionamento do programa (inclusive o processo seletivo vigente até 2001) era composta apenas por funcionários da SEMPLAN. A nova equipe que auxilia o processo seletivo só se formou a partir de 2001, mas o gerenciamento do Programa ainda cabe única e exclusivamente à Secretaria.

7 – A tabela abaixo mostra um resumo atual de todos os Minidistritos do Município:

NOME	DATA	ÁREA (103 m <sup>2</sup> )	LOTES	EMPRESAS	EMPREGOS DIRETOS	LOTES VAGOS
Tancredo Neves	27/06/86	144,8	366	168	840	*
João Paulo II - 1	22/06/87	31,5	58	38	190	*
<b>Solo Sagrado</b>	<b>29/07/87</b>	<b>66,3</b>	<b>123</b>	<b>65</b>	<b>325</b>	<b>02</b>
Heitor E. Garcia	07/12/88	9,3	26	13	65	*
João Paulo II - 2	22/05/89	10,0	49	26	130	01
Ernesto G. Lopes	05/05/92	9,9	39	29	145	03
<b>Ary Attab</b>	<b>10/07/92</b>	<b>52,3</b>	<b>72</b>	<b>61</b>	<b>305</b>	<b>*</b>
<b>Centenário da Emancipação</b>	<b>13/04/94</b>	<b>179,0</b>	<b>155</b>	<b>124</b>	<b>620</b>	<b>13</b>
Edson Pupim /Anatol Konarski	20/05/94	8,3	18	17	85	04
José Felipe Antônio	07/10/94	9,5	20	16	80	01
Jd. Santo Antônio (coml.)	16/05/95	9,2	48	38	190	*
Giuliane	02/12/96	12,8	29	12	60	03
<b>Adail Vetorazzo</b>	<b>16/12/96</b>	<b>271,2</b>	<b>306</b>	<b>238</b>	<b>1190</b>	<b>*</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>814,4</b>	<b>1309</b>	<b>845</b>	<b>4225</b>	<b>44</b>

Fonte: SEMPLAN, 2002. Os Minidistritos visitados estão marcados em negrito.

\* Dados não encontrados.

8 – “Licitação é um procedimento destinado à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a administração pública. Em regra, as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da administração são necessariamente precedidas de licitação”. (Führer, pág. 42).

9 – Após a seleção dos empresários aptos a se instalarem nos minidistritos, os mesmos são encaixados num dos quatro subgrupos citados. A porcentagem de lotes concedida a cada subgrupo foi calculada pela SEMPLAN com base na demanda média de lotes por subgrupo.

10 – Número estimado pela Secretaria de Planejamento.

11 – De 1983 em diante, o Município foi governado pelos seguintes prefeitos:

Prefeito	Partido	Gestão
Manoel Antunes	PMDB	1983 - 1989
Antônio Figueiredo de Oliveira	PMDB	1989 - 1993
Manoel Antunes	PMDB	1993 - 1997
José Liberato Ferreira Caboclo	PDT	1997 - 2000
Edson “Edinho” Coelho Araújo	PPS	ATUAL

Fonte: <http://www.riopreto.sp.gov.br/cpub/pt/historia/prefeitos.php>

12 – Em um contato telefônico, no mês de agosto de 2004, a SEMPLAN informou que estava retomando alguns lotes. Isso mostra que os prazos tem mesmo de ser cumpridos pelos empresários.

13 – De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Finanças, em 2002 60,51% das receitas do município corresponderam a receitas tributárias (excluídas receitas de fundos de participação). A tabela abaixo explicita mais adequadamente a situação:

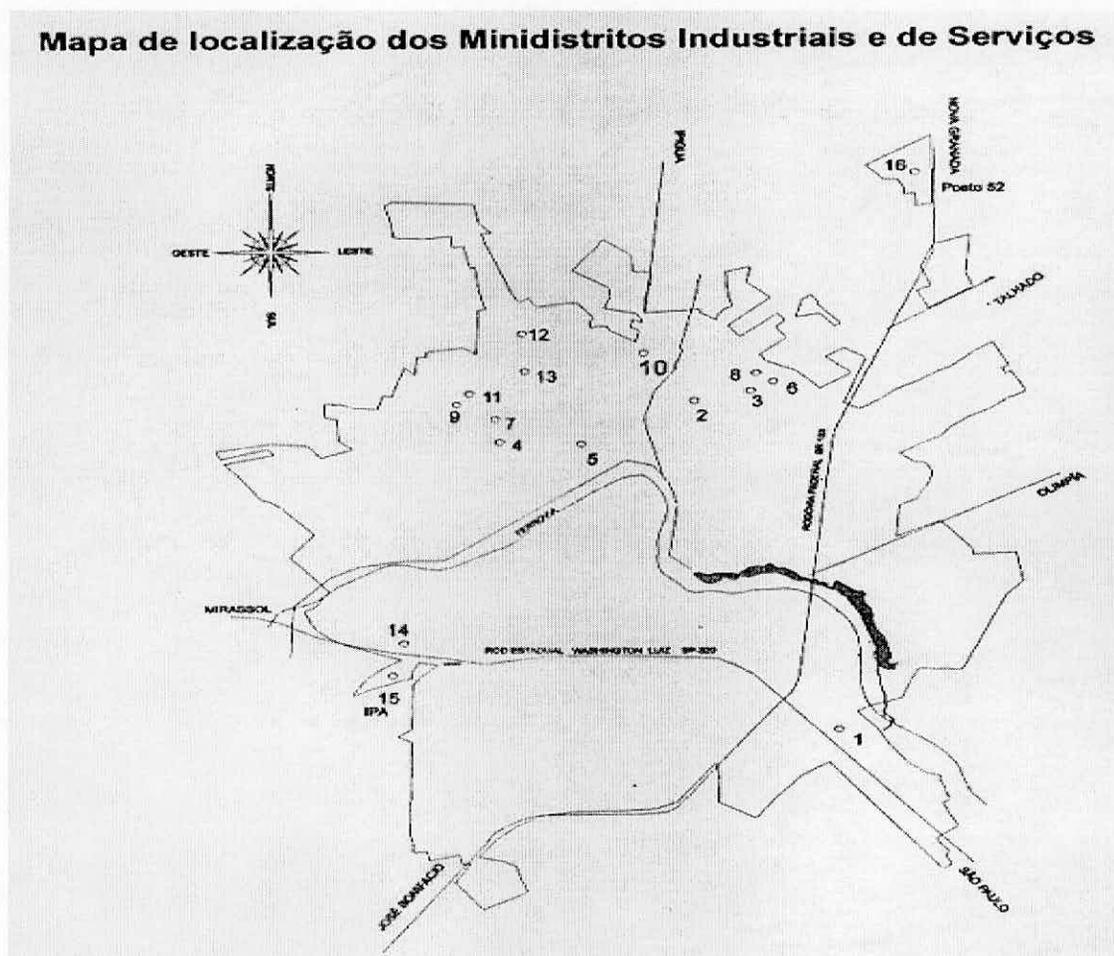
Receitas Municipais	Participação
ICMS	25,05
IPTU	16,72
ISS	7,20
Fundo de participação (FPM)	6,86
Taxa	1,35
IPVA	8,17
Água / Esgoto	0,29
ITBI	2,03
Aplicações Financeiras	1,20
Outros	31,13
TOTAL	100,00

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

14 – A Prefeitura informou, durante a pesquisa, que não realizou estudos estatísticos sobre mudanças na colocação feminina, aumento de qualidade de vida, etc, causadas pela evolução dos Minidistritos.

IV – ANEXOS

A) LOCALIZAÇÃO DOS MINIDISTRITOS



Legenda:

Número	Minidistrito	Número	Minidistrito
1	MD Trancredo Neves	9	MD Anatol Konarski e Edson Pupim
2	MD Giuliane I	10	MD Centenário da Emancipação
3	MD João Paulo II – mini 1	11	MD José Felipe Antônio
4	MD Solo Sagrado	12	MD Centro Comercial Jd Santo Antônio
5	MD Heitor J. Eiras Garcia I e II	13	MD Prof. Adail Vetorazzo
6	MD João Paulo II – mini 2	14	DI Waldemar de Oliveira Verdi
7	MD Ary Attab	15	Cidade Industrial – Dr Ulysses Guimarães
8	MD Ernesto Garcia Lopes	16	DI Carlos Arnaldo e Silva

B) FOTOS



*Foto do Minidistrito Centenário da Emancipação*



*Incubadora de empresas de São José do Rio Preto*



*Maquete do novo prédio da Incubadora*

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) LIVROS, ARTIGOS E DISSERTAÇÕES

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. “*Política Social, pobreza e Desigualdade: A prática da Teoria*”, em ABRANCHES, S. H.; SANTOS et al (orgs) *Política Social e Combate à Pobreza*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- ARRETCHE, Marta, e RODRIGUEZ, Vicente (ORGANIZADORES). *Descentralização das políticas Sociais no Estado de São Paulo*, em ARRETCHE, Marta et al. São Paulo, Fundap, e Brasília, Ipea, 1998.
- BOLÇONE, Orlando José. *Minidistritos industriais: uma política pública de incentivo às micro e pequenas empresas*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, programa de pós-graduação em Economia. Araraquara, 2000.
- BRESLER, Ricardo e OLIVEIRA, Fernanda. *Projeto Arte-Baniwa*. In: BARBOZA e SPINK (orgs). *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania (ciclo 2001)*, São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002.
- BRESLER, Ricardo. “*Polo de Piscicultura de Paulo Afonso – BA*”, relatório do programa (pré-finalista) do ciclo de premiação 2000 do programa “*Gestão Pública e Cidadania*”, São Paulo, EAESP/FGV, 2000.
- BRESLER, Ricardo. “*Associação dos pequenos agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado – RECA (Vila Nova Califórnia, RO)*”, relatório do projeto “*Parcerias, Pobreza e Cidadania*” 2001.
- BRESLER, Ricardo. “*Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais – Lontras*”, Programa Gestão Pública e Cidadania, ciclo 2002.
- CYMBALISTA, Renato. *Minidistritos Industriais e de Serviços em São José do Rio Preto*. In: FRANÇA, VAZ e PRADO (orgs). *Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local*, São Paulo, Polis, 2002.
- CYMBALISTA, Renato. *Conselhos de Desenvolvimento Urbano.. Dicas*, Polis. In: *Dicas, desenvolvimento urbano*, nº 137.
- *Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2003*. SEMPLAN, 2003.

- DIOGO, Erica. *Habitação Social nas Áreas Centrais*. Dicas, Polis. In: Dicas, desenvolvimento urbano, nº 185.
- FÜHRER, Maximilianus Cláudio Amério, e FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. *Resumo de Direito Administrativo*. São Paulo, Malheiros, 1998.
- GARCIA, Fernando, PIRES, J. O. e SOUZA, R. C. *A economia do longo prazo*. Mimeo, 2004.
- SANTORO, Paula. *Avaliar o impacto de grande empreendimentos*. Dicas, Polis. In: Dicas, desenvolvimento urbano, nº 203.
  
- VELLOSO, João Paulo dos Reis (ORGANIZADOR). *A Questão Social no Brasil*. Nobel, 1991.
- VIVARTA, Veet (COORDENAÇÃO). *Que país é este?: pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira*. São Paulo, Cortez, 2003.

B) SITES DA INTERNET

- [www.daesp.sp.gov.br](http://www.daesp.sp.gov.br)
- [www.sebraesp.com.br](http://www.sebraesp.com.br)
- [quimica.fe.usp.br/graduacao/edm431e2/material98/isis/galvanoplastia.htm](http://quimica.fe.usp.br/graduacao/edm431e2/material98/isis/galvanoplastia.htm)
- <http://www.fea.usp.br/publicacoes/controversa/0017-4.html>
- [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)
- [www.saojosedoriopreto.com.br](http://www.saojosedoriopreto.com.br)
- [www.incriopreto.com.br](http://www.incriopreto.com.br)
- [www.veja.com.br](http://www.veja.com.br)
- [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

C) PESSOAS ENTREVISTADAS

- Ana Lúcia, funcionária da Secretaria de Planejamento de São José do Rio Preto;
- Carlos R. Brito, proprietário da loja de móveis CRB;

- Delvair Cecconi, proprietário da fábrica de móveis Dipaula;
- Eliana Sumara de Sousa, funcionária da empresa Bander Placas;
- Emília Maria Martins de Toledo Leme, economista da SEMPLAN;
- Gisele, funcionária da Secretaria de Planejamento de São José do Rio Preto;
- Márcia Aparecida Domingues, funcionária da Secretaria de Planejamento de São José do Rio Preto;
- Mauro Mano Sanches, diretor regional do CIESP e proprietário da empresa Hidroveda;
- Orlando José Bolçone, secretário de planejamento de São José do Rio Preto;
- Pedro Scignoli, cidadão residente em São José do Rio Preto;
- Rosângela, funcionária da Secretaria de Planejamento de São José do Rio Preto.